



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO
CNPJ Nº 06.460.018/0001-52

MENSAGEM Nº. **06** DE 13 DE MARÇO DE 2024.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos dos artigos 61, § 1º, inciso II, b e 63, inciso I da CF/88 c/c artigo 46, da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariar o interesse público, 02 (DUAS) emendas modificativas do Vereador Manoel Gomes Sobrinho, apresentadas ao Projeto de Lei nº 004/2024, que **alterou o anexo da Lei Municipal n. 599/2023**.

Decidi vetar a emenda modificativa n. 001/2024, de autoria do Vereador Manoel Gomes Sobrinho, que visa acrescentar ao Projeto de Lei nº 004/2024, que **alterou o anexo da Lei Municipal n. 599/2023** o termo “VAGAS IMEDIATAS”.

Razões do VETO:

Não trouxe a referida emenda qualquer justificativa plausível para a sua provação. Trata-se de uma tentativa de intromissão desnecessária do Poder Legislativo Municipal nas atribuições do Poder Executivo. Alerto ao nobre edil autor da proposta que **A PRERROGATIVA DA ESCOLHA DO MOMENTO PARA A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO, APROVADO DENTRO DAS VAGAS OFERTADAS EM CONCURSO PÚBLICO, É DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME.**


Francisco Pedreira Martins Júnior
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO
CNPJ Nº 06.460.018/0001-52

Ou seja, o candidato aprovado dentro das vagas ofertadas no edital de concurso público tem direito à nomeação, no entanto a prerrogativa da escolha do momento em que isso ocorrerá durante o prazo de validade do certame pertence à Administração Pública e não ao Poder Legislativo. Nesse sentido é pacífico o entendimento no Superior Tribunal de justiça:

“Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público. Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas. [...] V. Negado provimento ao recurso extraordinário” (RE 598099, Relator: Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2011, Repercussão Geral – Mérito DJe-189 Divulg 30-9- 2011 Public 3-10-2011).

Decidi, por fim, vetar a emenda modificativa n. 002/2024, de autoria do Vereador Manoel Gomes Sobrinho, que visa acrescentar ao Projeto de Lei nº 004/2024, que **alterou o anexo da Lei Municipal n. 599/2023**, salários de determinadas categorias indexados em salários-mínimos.


Francisco Pedreira Martins Júnior
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO
CNPJ Nº 06.460.018/0001-52

Razões do VETO:

O acréscimo pretendido pelo Excelentíssimo Senhor Vereador trata-se de mais uma tentativa de intromissão desnecessária do Poder Legislativo Municipal nas atribuições do Poder Executivo.

Tal intromissão é repudiada pela Lei Orgânica do Município de São Luís Gonzaga e pela Constituição Federal que estabelecem ser da competência do Poder Executivo os ajustes do dispêndio para adequá-lo ao efetivo comportamento das receitas e despesas em todas as suas esferas de Poder. É atribuição do Poder Executivo **sem qualquer interferência da Casa Legislativa.**

O artigo 7º, IV, da Constituição Federal não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência paradigmática para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas, mas, impede, no entanto, reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.

☐

Ademais, tal matéria se assim permanecer estaria

Ademais, tal matéria se assim permanecer estaria garantindo benefícios exclusivos apenas a uma parte dos servidores públicos em detrimento dos demais. E, ainda, não é nesse momento a discussão sobre perdas ou recuperação de salários. Essa matéria tem que ser discutida em sede de Projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, através do Plano de Cargos e Carreiras do Município.

Não obstante os impedimentos legais supramencionados, a referida emenda trás erro grosseiro ao estabelecer, **SEM ESPECIFICAR O CRITÉRIO**, os salários em **percentual do salário-mínimo**.


Francisco Pedreira Martins Júnior
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO
CNPJ Nº 06.460.018/0001-52

A título de exemplo, o texto da referida emenda estabelece o salário do FARMECEUTICO em “**1,27% do salário-mínimo**”, o que nos valores de hoje seria a módica quantia **R\$ 17,93 (DEZESSETE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS)**, quantia esta muito abaixo do mínimo permitido na legislação Brasileira e, portanto, INCONSTITUCIONAL.

Estes, Senhor Presidente, os motivos que me levaram a vetar as emendas acima mencionadas do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão.

São Luís Gonzaga, 13 de março de 2024.

Francisco Pedreira Martins Júnior
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCISCO PEDREIRA MARTINS JUNIOR
Prefeito Municipal